



TRAMA GOLPISTA

PGR quer condenar réus que passavam mentiras

Procuradoria encaminha ao STF alegações finais sobre o grupo que espalhava, nas redes sociais, falsidades contra o sistema eleitoral para manter Bolsonaro no poder

» LUANA PATRIOLINO

Isac Nóbrega/PR



De acordo com a PGR, Braga Netto era o coordenador do grupo que disseminava informações falsas



Todos estavam cientes do plano maior da organização e da eficácia de suas ações para a promoção de instabilidade social e consumação da ruptura institucional

Trecho das alegações finais da PGR

propagaram notícias falsas sobre o processo eleitoral e realizaram ataques virtuais a instituições e autoridades que ameaçavam os interesses do grupo. Todos estavam cientes do plano maior da organização e da eficácia de suas ações para a promoção de instabilidade social e consumação da ruptura institucional", diz a alegação.

A acusação aponta que o ex-ministro da Casa Civil, general Braga Netto, réu do núcleo crucial da trama golpista e que está sendo julgado agora, teria coordenado o grupo ao orientar que fizessem "campanhas ofensivas contra os comandantes resistentes ao golpe, rotulando-os como 'traidores da pátria' e alinhados ao comunismo". "O impacto das ações do acusado foi confirmado judicialmente pelas vítimas dos ataques, que

corajosamente resistiram à pressão até a transição democrática do poder", destaca a PGR.

O grupo 4 deve ser o próximo grupo julgado pelo Supremo. Os núcleos dois e três ainda cumprem etapas obrigatórias, como depoimentos de testemunhas e interrogatórios dos réus. Depois da manifestação da acusação, será aberto prazo para o posicionamento da defesa dos acusados. Na sequência, o relator do processo, ministro Alexandre de Moraes, deve solicitar que a ação penal seja incluída na pauta de julgamentos.

No total, a Primeira Turma tornou 31 denunciados em réus, conduziu depoimentos, interrogatórios e acareações. A PGR dividiu os acusados da tentativa de golpe em quatro núcleos para facilitar a condução das denúncias e do julgamento.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Conciliação ou ruptura: o dilema diante de Bolsonaro

Pela primeira vez, um ex-presidente da República e oficiais-generais das Forças Armadas estão sendo julgados pelo crime de tentativa de golpe de Estado, no Supremo Tribunal Federal (STF), a justiça civil. Trata-se de uma ruptura com a tradição conciliatória, que marcou a trajetória política nacional, em que anistias funcionaram como válvulas de escape em períodos de crise. Porém, apenas adiaram novas tentativas e golpes e, também, golpes bem-sucedidos, numa ciranda que resultou na segunda metade do século passado em 21 anos de ditadura militar.

Ao longo da República, várias anistias foram concedidas em momentos de transição, cada qual com sua especificidade casuística. As mais amplas e importantes foram a de 1945, ao final do Estado Novo, quando Getúlio Vargas permitiu a reorganização política e a volta do Partido Comunista, que, dois anos, depois seria novamente proscrito, no governo Dutra. E a de 1979, que marcou a abertura política do regime militar, ao libertar presos políticos e permitir a volta dos exilados, ao mesmo tempo em garantiu a torturadores e agentes da repressão a impunidade, os proventos e as honrarias recebidas.

Na Nova República, anistias parciais a militares, servidores e grevistas reiteraram a lógica da pacificação em detrimento da responsabilização. Essa tradição de conciliação, vista por alguns como virtude nacional, consolidou a impunidade das elites políticas e militares, e manteve viva uma cultura golpista latente, que parecia sepultada no pacto entre governo e oposição para pacificação do país. A recidiva dessa cultura emergiu no governo Bolsonaro e culminou na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

A proposta de anistiar os condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023, quando milhares de apoiadores de Jair Bolsonaro depredaram as sedes dos Três Poderes, contestando o resultado eleitoral e defendendo a instalação de uma ditadura, porém, não tem nada de conciliadora. Está sendo articulada como um novo patamar da escalada de radicalização política, catalisada pelo julgamento do ex-presidente e anabolizada pelo tarifaço de 50% sobre os produtos brasileiros imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para reverter a inelegibilidade de Bolsonaro, seu aliado de primeira hora.

Na mesma semana em que o julgamento de Bolsonaro e mais sete acusados de tentativa de golpe começou, as articulações a favor da anistia se intensificaram. Ao mesmo tempo em que representantes do governo norte-americano mandavam recado por empresários brasileiros de que a solução para o tarifaço estava no Brasil e não na Casa Branca, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, assumia a linha de frente das articulações da anistia, com o argumento de que o Supremo não é confiável.

Governo e Supremo reagem

Tarcísio se move como provável candidato a Presidência no próximo ano, mas precisa do apoio de Bolsonaro para consolidar sua candidatura. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), e o presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, se movem na mesma direção. Com a realização de jantares, reuniões e promessas, o grupo projeta mais de 300 votos para aprovar a anistia na Câmara ainda este ano. Na quarta-feira, essa contabilidade assustou o governo e provocou reações do Supremo, que mal iniciou o julgamento.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva piscou. Advertiu para os riscos institucionais desse movimento em conversas com comunicadores e durante reunião com Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado. Reiterou que a anistia aos golpistas fere a democracia e a soberania nacional.

Lula destacou que o Congresso, embora tenha colaborado com o governo em pautas econômicas e sociais, ainda é fortemente influenciado pela extrema-direita, que busca transformar o perdão em bandeira política contra o Supremo. Aliado de Lula, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), anunciou que engavetará o projeto de anistia caso seja aprovado pela Câmara.

Os ministros do Supremo também sinalizam que, dificilmente, aceitarão uma anistia desse tipo. O artigo 5º, inciso XLIV, da Constituição, estabelece que é imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático de Direito. Além disso, o precedente do indulto de Daniel Silveira — concedido por Bolsonaro em 2022 e anulado pelo STF — reforça a tese de que não cabe clemência a crimes contra a democracia.

Em entrevista, o ministro Alexandre de Moraes destacou que o tribunal já analisou 1.630 ações penais relacionadas ao 8 de Janeiro, com 683 condenações, 554 acordos de não persecução penal e apenas 11 absolvições. O dado demonstra tanto a gravidade da ofensiva golpista quanto a capacidade de resposta institucional. Pesquisas Datafolha e Quæst indicam que a maioria da sociedade rejeita qualquer forma de perdão aos golpistas.

Ainda assim, a oposição aposta no desgaste da Corte e na mobilização de sua base social para pressionar deputados e senadores. O Centrão flerta com a proposta e avalia se o seu custo político é compensado por vantagens eleitorais e orçamentárias.

A anistia surge como antessala de uma crise institucional. Se aprovada pelo Congresso, dificilmente sobreviverá ao crivo do STF. Se rejeitada, representará um revés simbólico para Bolsonaro e seus aliados, consolidando a responsabilização como marco da democracia brasileira. Nesse caso, o país se afasta do velho padrão de conciliação que alimentou sucessivos ciclos golpistas.

Marcos do Val é afastado pelo Senado

» ALÍCIA BERNARDES
» FABIO GRECCHI

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senador alegou problemas de saúde para interromper mandato

pai presente neste momento importante de sua adolescência", justificou, em postagem numa rede social, no final do mês passado.

O parlamentar passou a usar tornozeleira eletrônica e teve as contas bancárias bloqueadas por descumprir decisão do Supremo e viajar aos Estados Unidos. Ele estava proibido de deixar

o Brasil devido às investigações em que está envolvido. Mas, em 23 de julho, embarcou para Miami com passaporte diplomático, que não foi entregue à Polícia Federal (PF). Em solo norte-americano, registrou todas as atrações que frequentou e, em uma live, pediu para que não fosse preso ao desembarcar de volta. A solicitação, porém, não

foi atendida e, ainda no aeroporto, Do Val foi levado para a colocação do equipamento de rastreamento.

Um acordo costurado pelo Senado com o ministro Moraes suspendeu parte das sanções impostas a Do Val — retomou suas contas bancárias e o salário. Antes disso, o senador participava das sessões da Casa de sandálias e com a perna da calça esquerda erguida para mostrar a tornozeleira.

Apesar do afastamento, o parlamentar continuará recebendo os vencimentos e está autorizado a usar as redes sociais, sob a condição de não atacar o Estado Democrático de Direito. Mas não pode deixar o Brasil.

Eleito em 2018 no rastro do bolsonarismo, Do Val apresentava-se como instrutor da Swat, a tropa de elite das polícias dos Estados Unidos. Ele menciona ter trabalhado com equipes de diferentes cidades, mas principalmente no Texas, incluindo Dallas, Beaumont e Rowlett. Ele também alega ter dado aulas para outras agências federais norte-americanas, como o FBI e a DEA. Porém, os times da Swat cursam que Do Val apenas fez cursos nas corporações e que jamais foi instrutor.